

POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: UMA PROPOSTA DA REGIÃO SERRANA DO ES

Maria José Carvalho Bento¹
Mariangela Lima de Almeida²
Nazareth Vidal da Silva³

Universidade Federal do Espírito Santo/BR

RESUMO

Este texto tem como objetivo analisar o processo de construção da política de formação continuada, na perspectiva da inclusão escolar, desenvolvida por gestores públicos de Educação Especial da Superintendência Regional de Afonso Cláudio, bem como os municípios a ela jurisdicionados. Focaliza as concepções ontológicas e epistemológicas expressas no projeto político de formação continuada elaborado pelos gestores. Assume como referencial teórico-metodológico a pesquisa-ação colaborativo-crítica, sustentada pelos pressupostos da teoria do agir comunicativo. O estudo baseia-se na constituição de grupos de estudo-reflexão, a partir dos quais, desdobrou-se em três momentos: no primeiro, utilizou-se a estratégia dos grupos focais, os quais propiciaram um movimento de engajamento de seus participantes; no segundo, foi criado o grupo de estudo-reflexão, que buscou estudar e aprofundar questões teórico-conceituais para planejar e refletir sobre processo de pesquisa-ação e formação com os gestores; e no terceiro, acompanhou-se a materialização da construção da proposta de uma política pública de formação continuada. Observou-se que os gestores, ao construírem propostas de formação continuada para os profissionais de suas redes de ensino, desenvolvem sua própria formação, e ainda a importância da continuidade das ações e efetivação do projeto político elaborado, garantindo-lhe um caráter de política que não se esvai com a mudança de governos e administrações, mas que permite ser avaliado e caracterizado como uma política de ação pública, cuja construção tem participação de diversos autores/atores que definem e interpretam as atividades no espaço público da educação.

Palavras chaves: Educação Especial. Formação Continuada. Políticas Públicas.

1

Pesquisador Colaborador. Email: zeze_bento@hotmail.com

2

Departamento de Educação, Política e Sociedade da Universidade Federal do Espírito Santo – CE/UFES. Programa de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores – CCA/UFES. Email: mlalmeida.ufes@gmail.com

3

Pesquisador Colaborador. Email: nethneth2009@yahoo.com.br

Introdução

Nos últimos anos, um dos grandes desafios postos à área de Educação Especial, diz respeito à formação dos profissionais da educação, principalmente diante das diretrizes e propostas para a inclusão escolar. Em diversos estados e municípios de nosso país, essa formação tem ficado sob a responsabilidade de instituições que promovem cursos de aperfeiçoamento e/ou de pós-graduação em nível de especialização, em sua grande maioria, na modalidade semipresencial e a distância.

As políticas educacionais que atendem o público-alvo da Educação Especial têm sido debatidas com maior ênfase, perpassando os limites físicos do nosso país, como podemos observar na Declaração Mundial de Educação Para Todos (1990). Os diálogos constituídos sinalizam para a definição de políticas educacionais inclusivas em prol do sujeito público-alvo da Educação Especial no âmbito de ensino regular.

Pesquisas recentes realizadas no Estado do Espírito Santo (PANTALEÃO, 2009, JESUS, 2010, 2012, VIEIRA, 2011, ALMEIDA, JESUS, CUEVAS, 2013), apontam para fragilidades apresentadas nas formações continuadas que vêm sendo ofertadas pelos sistemas. Além disso, os estudos revelam que há uma preocupação dos profissionais que respondem pela gestão da Educação Especial nos municípios capixabas em construir e executar propostas de formação continuada em seus *lócus* de atuação.

Observa-se que as mudanças que ocorreram a partir da década de 1980 na legislação brasileira – Constituição Federal (BRASIL, 1988) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) – legitimando o direito a escolarização do aluno sujeito público-alvo da Educação Especial com ingresso no ensino comum, deram uma nova tratativa aos conceitos e concepções na área da educação. Assim, as discussões que emergiram nesse período, até os dias atuais, voltam-se para a formação do profissional com o objetivo de

[...] efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, tendo como princípio, a garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e

permanência, com qualidade, nas escolas regulares (BRASIL, 2005, p.9).

Ao refletir sobre os aspectos que constituem a elaboração e implementação das políticas educacionais inclusivas, temos como consenso entre grande parte dos engajados nesse debate a necessidade de formação profissional adequada que atenda às especificidades do público-alvo da educação especial, tão heterogêneo e residente em contextos diversos.

Assim, podemos dizer que o processo de materialização de uma política de formação continuada em Afonso Cláudio trata-se de uma ação que vai ao encontro de políticas já definidas em âmbito nacional, como se observa no art. 62 e seus incisos da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996). Nota-se, nesse processo, que os diálogos entre os gestores, quando estes trazem suas demandas e as compartilham no grupo reflexivo-critico, são considerados por todos. Ao envolver secretários de educação e demais atores da gestão municipal e estadual, é construído um trabalho coletivo, buscando garantir a formação no/para espaço escolar.

A proposta da política remete à importância do espaço escolar como “local privilegiado de formação”, considerando a formação continuada como um processo que se configura a partir da inserção e vivência profissional, decorrente de demanda e reflexões do cotidiano, a partir dos desafios oriundos da prática.

No movimento de constituição do projeto, dentro da pesquisa⁴ realizado pelo Grupo de Pesquisa Formação, Pesquisa-Ação e Gestão em Educação Especial - GRUFOPEES/CNPq, com encontros realizados na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e nas Superintendências Regionais de Ensino, demarcam-se os processos pedagógicos a ele inerentes e o diálogo constante entre o grupo de gestores de Educação Especial, participantes da pesquisa, e a UFES, proponente da investigação.

4

Processos de Formação Continuada de Profissionais Desencadeados pela Gestão de Educação Especial: a região sul do Estado do Espírito Santo. Pesquisa financiada pelo CNPq.

Evidencia-se a perspectiva de pesquisa-ação colaborativo-crítica como referencial teórico-metodológico adotado no processo de investigação, bem como a constituição do grupo como pesquisadores, atores e autores de sua própria prática.

Desse modo, considerando a política de formação continuada no panorama da inclusão, este estudo tem por objetivo analisar o processo de construção da proposta de formação continuada sob a ótica da inclusão escolar desenvolvida pelos gestores públicos de Educação Especial da Superintendência Regional de Afonso Cláudio, bem como os municípios por ela jurisdicionados, por meio de grupos de estudo-reflexão, numa perspectiva colaborativo-crítica.

Trata-se de um tema atual, que é a política de formação na perspectiva da inclusão, pensando a inclusão como um assunto muito debatido nacional e internacionalmente. Assim, propõe-se, a apresentar a sistematização de um projeto político de formação continuada para Educação Especial da região serrana do Espírito Santo.

Desse modo, o texto está organizado em quatro itens: o primeiro traz a contextualização do objeto e a apresentação da pesquisa; no segundo, buscamos os referências teóricos que nos ajudaram a pensar a formação continuada, a política pública e a Educação Especial; no terceiro, abordamos como base metodológica a pesquisa-ação colaborativo-crítica para a compreensão dos processos de formação continuada por meio de grupos reflexivos-críticos e o referencial teórico que respalda a ação comunicativa como condutora dos grupos reflexivos, e no quarto, pontuamos o observado na análise e propomos a continuidade do acompanhamento.

Um breve panorama da Educação Especial, formação continuada e políticas públicas

Na década de 1990, com a Declaração Mundial de Educação para Todos e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), movimentos internacionais se direcionaram para a necessidade da instituição de políticas públicas educacionais, e os países se viram na condição de tratar o assunto com adequação. Assim, para o atendimento dessas demandas, foi necessário haver uma organização específica no âmbito legal.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dita as diretrizes e as bases da organização do sistema educacional. Nela, o conceito de Educação Especial mais atualizado encontra-se na redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013, conforme o disposto:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2013)

Quanto ao público-alvo, as definições devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente, transformando o contexto no qual se inserem, independentemente de etnia, gênero, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. O princípio da educação inclusiva deverá ser garantido nas instituições escolares para que favoreça a cada aluno o direito de acesso e permanência, visto que o aluno é sujeito de direito e foco de toda ação educacional (ESPÍRITO SANTO, 2011).

No bojo das políticas brasileiras para a educação inclusiva mais recente, a de maior relevância é a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, aprovada em 2008. Conforme Jesus e Vieira (2011), que através de sua pesquisa objetivaram cartografar o movimento de inclusão escolar no Estado do Espírito Santo, concluiu-se que:

[...] as diretrizes legais vêm impulsionando as redes de ensino a criarem movimentos, tanto para a definição dos sujeitos a serem contemplados pela modalidade de Educação Especial quanto para a instituição de dispositivos para a escolarização desses alunos. [E nessa visão nos informa ainda que] [...] o Estado do Espírito Santo vem buscando outras possibilidades de ação para que tal resposta se fortaleça e faça das escolas de ensino comum um espaço de todos (JESUS; VIEIRA, 2011, p. 106 e 107).

O governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria da Educação – SEDU apresenta documento⁵ constituído por diretrizes para a organização do desenvolvimento do trabalho da Educação Especial que assume a inclusão

⁵ Diretrizes da Educação Especial na educação básica e profissional para a rede estadual de ensino do Espírito Santo - Educação Especial: inclusão e respeito à diferença (Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria nº. 974-S, publicada no Diário Oficial do dia 2 de julho de 2008).

como princípio organizador da escola e busca superar um histórico marcado por lacunas e inconsistências.

Tonoli et al (2014), ao justificar sua proposta para o *Projeto Político de Políticas Públicas da Regional Serrana (SRE Afonso Cláudio) de Formação Continuada em Educação Especial Frente ao Processo de Inclusão Escolar* afirma que:

[...] vários movimentos vêm acontecendo nas escolas, [porém] [...] a ausência ou descontinuidade de políticas efetivamente propostas pelos governos, o que evidencia avanços e retrocessos históricos que apontam para a necessidade de elaboração das Diretrizes Estaduais da Educação Especial na Educação Básica e Profissional que se constituem e dão alicerce para uma política de Estado (TONOLI et al, 2014, p. 10 e 17).

Diante de tais afirmativas, entendemos que se torna complexo atender de forma plena a legislação, mas os documentos que norteiam a Educação Especial, numa dinâmica intensa na última década, têm proporcionado reflexões, tensões, críticas e muita criatividade dos profissionais da educação na tentativa de cumpri-las. Para o Espírito Santo, as dificuldades não são muito diferentes, mas tentamos assegurar o atendimento, por meio dessas mesmas normas públicas, e garantir as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos os sujeitos da educação.

A formação continuada tem papel importante no processo da inclusão escolar, visto que o movimento inclusivo requer profissionais qualificados para a sua efetivação e cumprimento legal. A democratização das escolas aponta para um dever desse espaço assumir a formação em serviço de seus profissionais.

Carr e Kemmis (1988, apud ALMEIDA, 2004), apresentam a formação continuada de professores sob a ótica da pesquisa-ação como uma prática social na qual a formação se dá na própria escola, especificamente a formação continuada dos professores para inclusão dos alunos com necessidades especiais na escola regular.

Como nos esclarece Gatti (2008, p.57):

Nos últimos dez anos, cresceu geometricamente o número de iniciativas colocadas sob o grande guarda-chuva do termo “educação continuada”. As discussões sobre o conceito de educação continuada nos estudos educacionais não ajudam a precisar o conceito, e talvez isso não seja mesmo importante, aberto que fica ao curso da história.

Assim, há uma multiplicidade de iniciativas desenvolvidas em diferentes modalidades metodológicas, visando variados tipos de formação, com foco em professores de diversos níveis de ensino e suas especialidades.

A formação continuada é significada como desafio para todos. Os gestores entendem sua responsabilidade por fomentá-la, no entanto, há dificuldades tanto sobre o processo, quanto sobre a garantia de condições concretas. Por outro lado, não se colocam em um “lugar de poder”, de maneira que possam viabilizar a formação em diferentes contextos (BRAGA, et al, 2011, p. 6).

Em uma breve discussão sobre as políticas públicas na perspectiva da inclusão, acreditamos que, na busca pela compreensão e transformação das políticas existentes, a partir de autorreflexão organizada, ser possível contribuir no avanço do conhecimento sobre a gestão pública em Educação Especial e desenvolver um trabalho mais próximo aos alunos da escola. Esse movimento conduz a elaboração de políticas de formação continuada para profissionais da educação.

O processo de constituição do grupo de estudo-reflexão: dialogando com o referencial teórico-metodológico

Como abordagem teórico-metodológica do estudo, toma-se por base a pesquisa-ação colaborativo-crítica e tem seus referenciais em Carr e Kemmis (1988) e Barbier (2004).

O pressuposto da pesquisa-ação crítica ancora a proposta de motivar a autorreflexão crítica e coletiva entre os gestores e acadêmicos. De acordo com (BENEDITO, 1988) as práticas, os valores educativos, bem como as estruturas sociais institucionais, podem sofrer modificação pela via da investigação participativa, a partir de comunidades críticas de professores.

Portanto, a pesquisa-ação trata-se de uma pesquisa que não se sustenta na epistemologia positivista, que pressupõe a integração dialética entre o sujeito e sua existência, entre fatos e valores, entre pensamento e ação, e entre pesquisador e pesquisado. Porém, ao entrar no campo das pesquisas em educação, a pesquisa-ação incorpora a dialética da realidade social e os fundamentos de uma racionalidade crítica pautada em Habermas.

Ao propormos aos gestores uma discussão a partir de concepções filosóficas, aprofundamos concepções teórico-conceituais sobre práticas de formação continuada, e aproximamos as práticas vivenciadas, o que vai ao encontro das ideias de Habermas (apud ALMEIDA, 2010, p.50) “[...] na aproximação entre teoria e prática, entre conhecimento e interesse, sem priorizar um em detrimento do outro”, que se busca resgatar o potencial de criticidade por meio da elaboração de uma teoria ampla da racionalidade.

Na busca de compreender os processos de formação continuada por meio de grupos reflexivo-críticos entre gestores públicos municipais e estaduais de Educação Especial, para a sistematização da proposta de uma política para formação continuada numa perspectiva inclusiva, os pressupostos desenvolvidos por Habermas (1987), acerca da racionalidade da ação, nos servem como esclarecimentos.

Desse modo, a metodologia da pesquisa-ação colaborativo-crítica foi à forma que buscamos, com o diálogo e a colaboração de gestores públicos de Educação Especial e pesquisadores, por meio de grupos de estudo-reflexão, construir uma política de formação continuada na perspectiva da inclusão.

A sistematização que culminou na construção da proposta de uma política pública para formação continuada e em processo de implementação pelos gestores na regional serrana, deu-se em três momentos: o grupo focal; o grupo estudo-reflexão e a construção da proposta.

1º momento - Realizou-se, inicialmente, um encontro na Superintendência Regional de Educação de Afonso Cláudio, com a presença de todos os gestores municipais e estaduais⁶. Foi utilizada a estratégia dos grupos focais (GATTI, 2005), os quais propiciaram um movimento de engajamento de seus participantes. Recorremos aos acontecimentos no próprio movimento dos grupos com objetivo de mapear os processos de continuidades e rupturas na gestão de Educação Especial nas secretarias municipais de educação e nas superintendências regionais de ensino. Coletamos os dados por meio de vídeo gravações, diários de campo e relatórios.

⁶ Participaram do encontro dos gestores e técnicos que estiveram presentes na pesquisa-formação realizada em 2010/2012, bem como os gestores atuais.

2º momento - Produzimos encontros mensais presenciais e via plataforma *moodle*⁷ para estudo e reflexão das propostas de formação continuada, para estudar e aprofundar questões teórico-conceituais, planejar e refletir sobre o processo de pesquisa-ação formação com os gestores, conciliando as demandas dos gestores e exercitando negociações entre entendimentos e anseios. Utilizamos como instrumentos de coleta de dados: transcrições; relatórios; leitura de textos; diários de campo; questionário sobre a identidade dos gestores; e formulário de questões acerca de formações ofertadas pelos municípios/SRE's.

3º momento - A sistematização dos projetos de políticas públicas de formação continuada aconteceu no período de julho a novembro de 2014. Nesse processo, as SRE's e municípios jurisdicionados objetivaram elaborar os seus projetos. Utiliza-se como instrumentos de coleta e análise dos dados: diários de campo; relatórios de reuniões dos gestores em *lócus*; slides de apresentações; gravações em vídeo; transcrições e a proposta do projeto elaborado.

Das concepções a construção da proposta política de formação continuada

Dos momentos sintetizados, destacamos aqui neste trabalho o que de modo específico queremos apresentar, no caso, do grupo estudo-reflexão, o terceiro momento, por serem nele onde os gestores sistematizam o projeto de políticas públicas de formação continuada e desse processo destaca-se as concepções: formação continuada e pesquisa-ação e que norteiam essa análise, visto que estas temáticas são o alicerce para o movimento do grupo e integrantes da proposta apresentada, quando as gestoras afirmam que os objetivos para a elaboração do projeto político são:

Fazer com; Fortalecer as práticas pedagógicas e parcerias; Compreender o lugar onde os alunos vivem suas experiências pedagógicas; Estudar e aplicar a pesquisa-ação como forma de implementar a ação colaborativa e Realizar formação continuada de

⁷ O Moodle é uma plataforma de aprendizagem a distância baseada em software livre. É um acrônimo de Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (ambiente modular de aprendizagem dinâmica orientada a objetos). Disponível em: <<http://www.ead.edumed.org.br/file.php/1/PlataformaMoodle.pdf>>.) Acesso em: 15 set. 2015.

forma unificada em toda a regional (SRE AFONSO CLÁUDIO APRESENTAÇÃO DO SEMINÁRIO, 2014).

A pesquisa-ação é vista como possibilidade de sustentar teórica e metodologicamente as ações de formação continuada, visto que nas discussões/diálogos do grupo estudo-reflexão as temáticas abordadas, sobre referenciais teóricos, conceito de formação e outras demandas apresentadas pelos gestores permitem um novo olhar que remetem para um consenso que agrega a construção da proposta a ser elaborada.

Assim, o princípio colaborativo da pesquisa-ação torna-se inerente à autorreflexão crítica, o que não suprime a necessidade da reflexão pessoal de cada profissional.

A natureza colaborativa da pesquisa-ação oferece um primeiro passo para superar aspectos da ordem social existente que impedem a mudança: organiza os praticantes em grupos colaborativos com o objetivo de sua própria conscientização (CARR; KEMMIS, 1988, p. 211, tradução nossa).

Observa-se que o conceito de formação continuada usado no projeto é o conceito elaborado no grupo estudo-reflexão:

[...] a formação continuada é um processo que se configura a partir da inserção e vivência profissional, decorrente de demandas e reflexões do cotidiano a partir dos desafios oriundos da prática. Em sua organização a oferta deve ser considerada as experiências e necessidades dos profissionais a qual ela se destina. Ela pode ser ofertada em horário de trabalho ou fora dele (TONOLI et al, 2014, p.6).

Importante se faz a observação sobre estas constituições e conceitos de formação continuada e pesquisa-ação, uma vez que nas discussões e diálogos os gestores entram em entendimentos, ao se apropriarem daquilo que é importante para que a formação continuada seja promovida adequadamente. São estas ações que vão ao encontro do proposto por Habermas (1987 apud ALMEIDA, 2010, p.147), “[...] a apropriação de conhecimento e mudanças de práticas” advém da parceria e do entendimento dos participantes em contexto.

Assim no movimento do grupo estudo-reflexão fica evidente o caráter autorreflexivo da ação proposta por Carr e Kemmis (1988) “[...] a observação dos efeitos da ação revestidos da necessária contextualização”, como afirma a Gestora na apresentação do projeto:

[...] estudar e aplicar a pesquisa-ação como forma de implementar a ação colaborativa, de novo volto a falar a questão da proposta de fazer com, então ter essa questão da troca de experiências, para se fortalecer a nossa proposta (GESTORA DE SANTA MARIA, 2014).

Desse modo, vemos que as concepções que perpassam a construção de políticas de formação continuada para os profissionais da Educação Especial decorrem de discursões e reflexões dos gestores com relação à própria formação, e há uma clara preocupação em preencher as lacunas, com vistas ao desenvolvimento profissional e pessoal de professores.

Palavras finais

Este artigo buscou analisar o processo de construção de uma proposta política de formação continuada na perspectiva da inclusão escolar, desenvolvida pelos gestores públicos de Educação Especial da Superintendência Regional de Afonso Cláudio, bem como dos municípios a ela jurisdicionados, por meio de grupos de estudo-reflexão, em uma perspectiva colaborativo-crítica. E, de modo específico, apresentar as concepções mais relevantes expressas no projeto elaborado.

No movimento de constituição da proposta dos processos de formação continuada, observamos que a especificidade de cada município da regional não se apresenta como uma impossibilidade para a sistematização de um projeto político em conjunto. Nesse contexto, este estudo nos possibilitou acreditar que a colaboração entre profissionais e pesquisadores ativos nas práticas educativas pode configurar-se como possibilidade de construção de projetos que atendam a várias localidades, independentes das especificidades locais, como sugerem Carr e Kemmis (1988).

O projeto construído tem uma peculiaridade: embora nem todos os municípios pertencentes a regional estivessem no movimento da pesquisa-formação, todos foram convidados pelos gestores para o processo de elaboração da proposta e, assim, passaram a integrar o grupo de estudo-reflexão. Há, ainda, a importância da continuidade das ações e efetivação, para que seja garantido o seu caráter de política que não se esvai com a mudança de governos e administrações. Dessa maneira, o projeto pode ser avaliado e caracterizado como uma política de ação pública, cuja construção deve contar com a

participação de diversos atores que definem e interpretam as atividades no espaço público da educação.

Discutir e compreender educação não são tarefas fáceis, principalmente para aqueles que estão dentro de instituições escolares e precisam fazer do conhecimento algo ativo no pensamento de cada sujeito envolvido. Nas salas de AEE – Atendimento Educacional Especializado, é necessário torná-lo vivo e vibrante num pensar disperso ou superativo.

Os gestores, ao construírem propostas de formação continuada para os profissionais de suas redes de ensino, desenvolvem sua própria formação, em um processo de “formar formando-se” (PANTALEÃO, 2009), essencial à própria dinâmica da pesquisa-ação colaborativo-crítica. Fortalecendo os princípios do diálogo, busca-se a colaboração e a autorreflexão crítica nesse movimento de via dupla.

Da pesquisa *Processos de Formação Continuada de Profissionais Desencadeados pela Gestão de Educação Especial: A Região Sul do Estado do Espírito Santo*, que ainda não está finalizada, projetos e ações têm sido constituídos em conjunto com os gestores. Esperamos que a abordagem teórico-metodológica da pesquisa-ação colaborativo-crítica aqui apresentada possa estimular outros professores-pesquisadores. A pesquisa continua...

Referências

ALMEIDA, M. L. de. **Formação continuada como processo crítico-reflexivo-colaborativo**: possibilidades de construção de uma prática inclusiva. 2004. 263 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2004.

_____. **Uma análise da produção acadêmica sobre os usos da pesquisa-ação em processos de inclusão escolar**: entre o agir comunicativo e o agir estratégico. 2010. 234 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2010.

ALMEIDA, M. L. ; JESUS, D. M. (Denise Meyrelles de Jesus) ; CUEVAS, M. R. C. . Formação continuada de gestores públicos de educação especial pela via da pesquisa-ação: o caso da região sudeste e do Caparaó/ES. In: Sonia Lopes Victor; Rogério Drago; Edson Pantaleão. (Org.). **Educação Especial no Cenário Educacional Brasileiro**. 1ed.São Carlos: Pedro & João, 2013, v. 01, p. 101-126.

BARBIER, R.A **pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.

BENEDITO, V. Prólogo. In: CARR, W.; KEMMIS, S. **Teoría crítica de la Enseñanza**: la investigación-acción en la formación del profesorado. Tradução de J.A Bavo. Barcelona: Martinez Roca, 1988. p. 11-15.

BRAGA, A. et. al. **Formação de Gestores de Educação Especial**: desafios e possibilidades. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0021.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Lei nº 12.796, de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 10 fev. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Educação inclusiva**: direito à diversidade. Documento orientador. Brasília, 2005.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

CARR, W; KEMMIS, S. **Teoría crítica de la Enseñanza**: la investigación-acción en la formación del profesorado. Tradução de BRAVO Martinez Roca. Barcelona: Editora, 1988.

ESPIRITO SANTO. **Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica e Profissional para a Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo**. 2ª Ed.

2011.

Disponível

em:

<<http://www.educacao.es.gov.br/download/CartilhaDiretrizes2educacao2012.pdf>>

Acesso em: 16 nov. 2015.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

_____. **Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década**. Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 37 jan./abr. 2008

HABERMAS, J. **Teoria de la accion comunicativa**: racionalidad de la accion y racionalizacion social. Version de Manuel Jimenez Redondo. Madrid: Taurus, 1987. v.1.

JESUS, D. M. ; VIEIRA, Alexandro Braga. Políticas e Práticas inclusivas não ensino fundamental: Das implicações Nacionais Às LOCAIS **Educ. rev., Curitiba, n. 41, p. 95-108, setembro de 2011**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01044060201100030007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 dez. 2015.

PANTALEÃO, E. **Formar formando-se nos processos de gestão e inclusão escolar**. 2009. 218 fls. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2009.

TONOLI, G. S. B. et al. **Projeto Político de Políticas Públicas da Regional Serrana (SRE Afonso Cláudio) de Formação Continuada em Educação Especial frente ao processo de inclusão escolar**. Superintendência Regional de Ensino de Afonso Cláudio e Municípios da Região Serrana: Afonso Cláudio, 2014.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2015.